



---

## Artigo Livre

# A Novidade do Passado: a Sociologia Econômica no Brasil (1935-1979<sup>1</sup>)

*Odil Matheus Fontella<sup>2</sup>*

### Resumo

A partir de resgate bibliográfico, temático e institucional, realizado nos últimos dez anos, este artigo evidencia o desenvolvimento da disciplina de Sociologia Econômica no Brasil entre 1935 e 1979. O método aplicado foi o resgate histórico de artigos, capítulos, conferências, comunicações, relatórios de pesquisa e livros, além de eventual fortuna crítica, seja em material impresso, seja em formato digital. Para a análise qualitativa dos dados, desenvolveu-se análise textual, seguida de análises temática e interpretativa. As buscas textuais se concentraram em torno dos termos: “Sociologia Econômica”, “Sociologia da Economia”, “Sociologia da Vida Econômica”, “Estudos Sociais da Economia”, “Socioeconomia”, “Análise Sociológica da Economia”, “Aspectos Socioeconômicos”. Durante as cinco décadas analisadas, transpareceram no país abordagens sociológicas/socioeconômicas acerca de temáticas diversas como economia (atividade/disciplina), mercado, competição, empresa, grupos econômicos, dinheiro, (sub)desenvolvimento, Estado, capitalismo, estratificação social (classes sociais, renda), empreendedorismo. A disciplina acadêmica de Sociologia Econômica é longa, extensa e diversificada no Brasil. Na busca por superar a amnésia sociológica que cerca a sua trajetória no país, apresenta-se este resgate bibliográfico, temático, autoral e institucional de tal disciplina como a novidade do passado.

**Palavras-chaves:** Sociologia Econômica; Mercado, Dinheiro; Empresa; Desenvolvimento

---

<sup>1</sup> Este artigo é parte de pesquisa mais ampla, que já totaliza, desde 2014, 4 mil páginas sobre o desenvolvimento da Sociologia Econômica no Brasil, que abarca o período de meados dos anos 1860, época do país monárquico, rural e escravocrata, quando a sociologia se configurava como uma *protossociologia*, até o presente. Acerca de todo esse período, já estão catalogados ao menos duas centenas de autores(as), nacionais e estrangeiros(as), que desenvolvem abordagens sociológicas/socioeconômicas de *ações* e *instituições econômicas* no Brasil.

<sup>2</sup> Pesquisador Independente. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: mfontella1976@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0197-9890>

## INTRODUÇÃO

Nos anos 1980, o renomado sociólogo da Economia Richard Swedberg reconheceu a produção brasileira em *Sociologia Econômica* (Swedberg, 1987) ao destacar a criação, em 1978, do comitê de pesquisa **Economia e Sociedade** na *International Sociological Association* (ISA), então coordenado pelo norte-americano Neil J. Smelser e o brasileiro Fernando Henrique Cardoso<sup>3</sup>. Em 1979, o comitê promoveu seu primeiro evento oficial, uma conferência na Itália, com a participação do sociólogo brasileiro Luciano Martins (autor de obras sobre a formação do empresariado industrial no Brasil) e de Harry M. Makler, sociólogo atuante no Canadá e nos Estados Unidos e que pesquisou bancos e finanças no Brasil nos anos 1970. No entanto, considero que existe uma espécie de *amnésia sociológica* (Law; Lybeck, 2015) sobre o desenvolvimento da Sociologia Econômica no Brasil. O interesse pela área de pesquisa antecedeu os anos 1970, com suas origens resgatadas, neste artigo, desde os anos 1930. Argumento que o período de 1935 a 1979 foi um período frutífero de estudos e que é preciso evidenciar o desenvolvimento da área no período citado e referenciar tais publicações na Sociologia Econômica brasileira contemporânea.

Com o fim de superar tal amnésia disciplinar, foi realizado um resgate histórico de parte expressiva da Sociologia Econômica no Brasil a partir de um amplo levantamento de artigos, livros, conferências, comunicações, relatórios de pesquisa, além de eventual fortuna crítica, seja em material impresso, seja em formato digital. As fontes foram mencionadas ao longo deste artigo. As citações neste artigo, em geral com longos trechos selecionados, justificaram-se como retratos da relevância da variada trajetória autoral, disciplinar, teórica e empírica da Sociologia Econômica no Brasil há muitas décadas. O trabalho para reencontrar a origem brasileira da Sociologia Econômica foi árduo, visto que a maior parte do material se encontrava dispersa e, não raro, estava rotulada como pertencente a outras áreas de conhecimento. Tal material disperso foi aqui reunido e apresentado como exemplar da *novidade do passado* que é o resgate da extensa História da Sociologia Econômica no país.

Assim, foram consultados diversos acervos nacionais e estrangeiros, entre os quais: Fundação Biblioteca Nacional (FBN), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Universidade de Caxias do Sul (UCS), Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Biblioteca Nacional da França (BnF). As buscas se concentraram nos termos: “Sociologia Econômica”, “Sociologia da Economia”, “Sociologia da Vida Econômica”, “Estudos Sociais da Economia”, “Socioeconomia”, “Análise Sociológica da Economia”, “Aspectos Socioeconômicos”.

Para a apresentação dos resultados, este artigo foi dividido em dois períodos. O primeiro, de 1935 a 1950, situou a aparição do verbete “Sociologia da Economia”, a importância acadêmica de Roger Bastide e Florestan Fernandes e a inserção da Sociologia Econômica na grade curricular nos cur-

---

3 Para um histórico inicial do comitê, que existe até hoje, cf. *International Sociological Association Bulletin*, 1983, p. 8-9.

tos de Ciências Econômicas. Em relação ao segundo período, de 1950 a 1979, foram agrupados os autores por temas de pesquisa e selecionados trechos de seus livros que comprovam a filiação à disciplina de *Sociologia Econômica*. Nesse segundo momento do artigo, foram selecionadas três temáticas socioeconômicas mais amplas, isto é, dinheiro; empresa, empresários e grupos econômicos, e (sub)desenvolvimento em seus aspectos sociais e econômicos. É em respeito aos limites de um artigo que foram definidos arbitrariamente tais assuntos. Ressalva-se, porém, que esta publicação integra um projeto mais amplo e ambicioso e são diversas as temáticas existentes no período aqui selecionado.

Para listar *alguns* desses outros temas na Sociologia Econômica brasileira de então: mercado; imigração, etnia e economia; religião (catolicismo, protestantismo, messianismo, religiões africanas) e economia; Estado e economia; família e economia; estratificação social e classes sociais; preço, inflação e valores (moral e economia); custo de vida e orçamento familiar; propriedade; industrialização e urbanização; trabalho feminino; trabalho infantil; trabalho doméstico; economia indígena; fome, desnutrição e mortalidade; modais de transportes (ferroviário, rodoviário, aéreo, navegação de cabotagem); mentalidade capitalista; capitalismo e socialismo; cooperativismo e ajuda mútua; trabalho, sindicalismo e empresa industrial; pobreza urbana e rural; questão racial e economia; favelas e aspectos socioeconômicos e urbanos; habitação; educação e economia; universidade e desenvolvimento; tecnologia; burocracia; racionalidade; empreendedorismo; profissões; arte e economia; artesanato; mobilidade social; *Amazônia*, meio ambiente e economia; revisão de autores clássicos diversos da *Sociologia Econômica*.

## 2 1935-1950: A SOCIOLOGIA DA ECONOMIA EM MANUAIS, DICIONÁRIOS E CURSOS E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DISCIPLINAR DA SOCIOLOGIA ECONÔMICA

A partir dos anos 1930, época do surgimento de diversos manuais sociológicos no Brasil (vide Meucci, 2001, para uma listagem de obras), fizeram-se presentes citações breves, esquemas e alguma discussão sobre o que é Sociologia Econômica e quais os seus principais temas: trabalho, mercado, moeda (dinheiro), competição/concorrência, capitalismo, socialismo, liberalismo, estatismo, pobreza e assistência (Delgado de Carvalho, 1935). Nesse período, as *condições sociológicas da Economia* são o foco de discussão como explicitado no trecho a seguir:

A vida econômica preocupou o homem de todos os tempos, mas o seu estudo sistemático e sociológico é relativamente recente porque, durante séculos, o lar foi a célula econômica e as relações de intercâmbio e interdependência foram relativamente poucas. É no mundo moderno, no qual se multiplicaram as comunidades, as transações, as facilidades de toda ordem, que devia tomar proporções de verdadeira ciência o estudo das condições sociológicas da Economia (Delgado de Carvalho, 1939, p. 178).

Nesse período, tal *Sociologia da Economia* já possui definições sumárias, como o verbete – “Economia (Sociologia da)”, escrito pelo sociólogo e antropólogo, com formação em Economia, Emilio Willems (vide Baldus e Willems, 1939). Este autor também produziu um capítulo teórico/empírico acerca da imigração alemã no Brasil, desenvolvendo uma Sociologia Econômica da *mentalidade capitalista* com base em Max Weber e Werner Sombart (Willems, 1940) – ressalva-se que Willems (1905-1997) era alemão e viveu no Brasil entre 1931 e 1949. A Sociologia Econômica seguiu sendo citada em edições de manuais sociológicos no decorrer dos anos 1940 e também foi citada por Willems em dicionário sociológico no começo da década posterior (Willems, 1950). Nessa última obra, Willems considerou *a Economia como integrante da cultura* e definiu os objetivos da Sociologia Econômica:

Economia. Parte da cultura que visa à produção, a distribuição e o consumo de utilidades relativamente escassas (...) A produção de utilidades (caça, pesca, pastoreio, lavoura, manufatura, transporte, etc.) associa os homens de maneira específica, dando não somente origem a grupos especializados, mas influenciando também sobre os demais, muitas vezes de modo decisivo. De outro lado, a organização social influencia o desenvolvimento das atividades econômicas. Os padrões econômicos estão intimamente associados aos demais padrões culturais, de modo que modificações na cultura não econômica repercutem geralmente sobre as atividades econômicas e vice-versa. **A sociologia econômica visa o estudo daquelas formas de associação que se propõem objetivos econômicos ou que sofrem influências econômicas. Também o estudo das modificações estruturais que grupos econômicos sofrem pela interação com grupos não econômicos figura entre os objetivos da sociologia econômica** (Willems, 1950, p. 49, grifo nosso).

A Sociologia Econômica foi também destacada na revista *Sociologia* (que circulou entre 1939 e 1966) com o primeiro artigo de relevo “Introdução a um Curso de Sociologia Econômica” editado em 1942, de autoria do sociólogo e antropólogo francês Roger Bastide (1898-1974), que trabalhou no Brasil entre 1938 e 1954. No artigo, Bastide abordou assuntos diversos como o enfoque sociológico das instituições econômicas e das leis econômicas, o caráter histórico do *Homo oeconomicus* e apresentou contribuições da Escola Durkheimiana (Mauss, Simiand, Halbwachs, Bouglé) acerca de temas como troca, salário, classe e estratificação, consumo e propriedade.

Acerca das instituições econômicas, tais como sindicato, cooperativa, empresa ou mercado, Bastide os conceituou do ponto de vista sociológico como “relações inter-humanas”, relações que são estabelecidas por determinado número de representações coletivas. Sobre o que denominou *as grandes leis da vida econômica*, tais como *concorrência* e *cooperação*, Bastide diferenciou as perspectivas da Economia, da Sociologia, da Moral e do Direito. A respeito de cooperação entre empregadores, por exemplo, Bastide entendeu que ao sociólogo importaria examinar a intensidade e a qualidade das *solidariedades* que tal cooperação criou, ao passo que ao economista restaria analisar qual influência teve tal cooperação sobre geração de riquezas, salários ou distribuição de produtos.

A respeito do *mercado*, Bastide (1942, p. 364), ao se sustentar na análise weberiana, afirmou que: “(...) o sociólogo que se ocupasse do mercado teria por missão mostrar como ele desconcretiza o homem, desprendendo-o das diversas relações vividas, nas quais é ele envolvido – de parentesco de religião ou de raça – para fazê-lo entrar numa nova ordem de simples relações formais amigáveis”. Anos mais tarde, ao se tratar do estudo dos mercados nagôs, na África Ocidental, desenvolvido por Roger Bastide em colaboração com Pierre Verger (Bastide, Verger, 2002 [1959]), o enfoque sobre esferas mercantis vinculou essa dimensão formal, típica do *capitalismo* plenamente dirigido ao lucro, com dimensões de caráter comunitário e familiar, igualmente compostas de elementos étnicos e religiosos.

Bastide também citou Karl Marx e notadamente Max Weber que tratou de *mercado* em *Economia e Sociedade*, com indicação de rodapé da segunda edição da obra, em 1925, em alemão, língua que Bastide justamente aprendeu para ler a obra weberiana no original, aprendizado incomum na Sociologia francesa daqueles tempos. Bastide, inclusive, recebeu uma carta, em 1936, em que Marcel Mauss revelou incômodo com a obra de Weber (Steiner, 2011, p. 199).

A influência de Bastide para a afirmação da Sociologia Econômica brasileira ultrapassou o artigo publicado em 1942. Por exemplo, em breve *Introdução* a artigo extenso de pesquisa sobre urba-

nização e industrialização em São Paulo, coordenada pela socióloga Lucila Herrmann (Herrmann et al., 1943), publicado na “Revista do Arquivo Municipal”, Bastide defendeu síntese prática sobre dois modos de se definir o escopo teórico da Sociologia Econômica. Um seria o substituto da disciplina de Economia e o outro complementar à disciplina. Na sequência, Bastide detalhou que o objetivo do Departamento de Pesquisas Sociais comandado pela socióloga Lucila Herrmann (1902-1955), na Universidade de São Paulo, foi desenvolver diversificada **Sociologia Econômica do estado de São Paulo** (economia agrícola, industrial, de serviços e desenvolvimento urbano). Desse modo, tratou-se de **pioneiro centro de pesquisas empíricas em Sociologia Econômica no Brasil**, um marco institucional, histórico e acadêmico da disciplina no país.

Ainda nos anos 1940, Florestan Fernandes (1920-1995), também diretamente influenciado por Roger Bastide, tratou explicitamente de Sociologia Econômica e do enfoque que a Sociologia e a Antropologia conferem à atividade econômica. Em 1948, Florestan Fernandes considerou a *Sociologia Econômica*, amparado no artigo de Roger Bastide (1942), como a disciplina mais adequada para o estudo sociológico do que Fernandes denomina como *economia primitiva*, isto é, os *sistemas econômicos das sociedades primitivas*. Fernandes defendeu que:

(...) a Sociologia Econômica precisa elaborar instrumentos próprios de investigação, suscetíveis de facilitar a exploração, a elaboração e a interpretação de materiais sobre os sistemas econômicos das sociedades primitivas. Doutro lado, fica claro que não existe nenhuma razão de ordem científica que impeça estes desenvolvimentos da Sociologia Econômica. Os sistemas econômicos dos povos primitivos constituem, ao contrário, um objeto aberto à explicação do método sociológico. O maior serviço prestado pelos etnólogos à análise da Economia foi, exatamente, o de quebrar as barreiras do etnocentrismo ocidental, que se revelava fortemente exclusivista e unilateral, mesmo sob a forma de consciência científica dos fenômenos econômicos (Fernandes, 1976 [1948], p. 245).

O artigo de 1948 foi republicado por Fernandes como o sexto capítulo que compõe o livro *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada*, com a primeira edição em 1960. Nesse estudo teórico, intitulado *O Estudo Sociológico da Economia Primitiva*, Fernandes evocou distintos sociólogos e antropólogos como Bastide (1942) sobre o que é Sociologia Econômica: Karl Marx (*Contribuição à Crítica da Economia Política*, em tradução do próprio Fernandes, lançada em 1946), Max Weber (*Economía y Sociedad, História Económica General*), Werner Sombart (*El Apogeo del Capitalismo*), o durkheimiano François Simiand (*Le Salaire, l'évolution sociale et la monnaie*), Melville J. Herskovits (*Man and His Work*), Marcel Mauss (*Essai sur le Don*) e E.E. Evans Pritchard (*The Nuer*).

Em estudo sobre a economia Tupinambá, Fernandes (1949) considerou **toda a atividade econômica, toda a economia como inserida na sociedade**, perspectiva fundamentada na obra do antropólogo e sociólogo funcionalista austríaco Richard Thurnwald (1869-1954). Fernandes detalha:

Penso que não seria de todo descabido chamar a atenção para a orientação metodológica adotada na análise da economia Tupinambá. Para o antropólogo e para o sociólogo, a economia é acima de tudo uma realidade humana. Por isso, quando empregam o termo *sistema econômico* fazem-no tendo em mente designar a integração das atividades econômicas à estrutura social (...) Todas as ações econômicas, sem nenhuma exceção possível, têm por objetivo a satisfação de necessidades humanas fundamentais, culturalmente definidas sob a forma de valores sociais (...) Assim, caem dentro do sistema econômico todas as atividades, ações e relações sociais que colocam os indivíduos uns diante dos outros como *homines economici* (...) A peculiaridade na colocação do problema consiste, é óbvio, em considerar a economia como parte da sociedade. São amplas as pistas abertas deste modo à

análise sociológica. Elas abrangem: as formas socioculturais de adaptação e de controle do meio físico; a organização social das atividades econômicas grupais e intergrupais; as relações tangenciais dos grupos sociais com o sistema econômico; a interferência dos fatores econômicos na cristalização e no ordenamento de determinados tipos de relações sociais (entre indivíduos ou grupos) (Fernandes, 1949, p. 8-9).

Em 1945, Getúlio Vargas assinou um decreto que determinou modificações no currículo de cursos de Economia no Brasil (vide Marchetti, 2009, sobre evolução de currículos de Economia). Uma das disciplinas que se consolidou no currículo foi **Princípios de Sociologia Aplicados à Economia**, designada por simplificação como **Sociologia Econômica**. Assim, entre o final de 1940 e o começo da década de 1960, a referida disciplina começou a fazer parte do currículo dos cursos de Ciências Econômicas, em ao menos quatro capitais: Rio de Janeiro (RJ atualmente, à época capital federal), São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG) e Porto Alegre (RS).

### 3 1950-1979: A SOCIOLOGIA ECONÔMICA NO BRASIL – DINHEIRO; EMPRESA, EMPRESÁRIOS E GRUPOS ECONÔMICOS; (SUB)DESENVOLVIMENTO

Entre 1950 e 1979, três grandes eixos temáticos ganharam foco na Sociologia Econômica brasileira: (1) dinheiro; (2) empresa, empresários e grupos econômicos, e (3) (sub)desenvolvimento e a crescente industrialização e urbanização do país.

#### 3.1 Sociologia do dinheiro

Nos anos 1950, a Faculdade de Ciências Econômicas da então Universidade de Minas Gerais, atual UFMG, contava em seu quadro com o livre-docente de Sociologia Econômica, professor de Política e advogado mineiro Julio Barbosa (1920-2002), que, ao término daquela década, foi reconhecido como um nome exemplar da *Sociologia Econômica* no país (Candido, 2006[1959], p. 300).

Ao final dos anos 1950 e 1960, Barbosa publicou estudos sociológicos<sup>4</sup>, dos quais pode-se destacar **Elementos para uma Sociologia do Dinheiro** (1952), editado em Belo Horizonte (MG) e apresentado pelo autor como “uma tipificação sociológica, na qual o dinheiro aparece como um dado concreto, propulsor de formações sociais capazes de apreensão científica” (Barbosa, 1952, p. 10).

Barbosa afirmou que sua pesquisa se restringiu ao impacto monetário na estrutura social e a influência do dinheiro sobre aspectos vitais do homem moderno e não buscou examinar nem as circunstâncias da invenção nem da evolução da moeda. Destacou que seu objetivo foi analisar sociologicamente o dinheiro no complexo cultural típico do Ocidente sob o regime capitalista:

A nossa pesquisa circunscreve-se à repercussão do dinheiro na estrutura social moderna, e sua influência nos modos de ser, pensar e agir adotados pelo homem de hoje. Consideramos o dinheiro, na sua forma atual, como um produto inerente à sociedade capitalista, da qual, aliás, é a mais delicada flor. Dinheiro e capitalismo são duas figuras geminadas que se completam por sua essencial irredutibilidade (Barbosa, 1952, p. 11).

---

4 Outras obras são: *Teoria e Ideologia Econômica* (1953); *Da Natureza Instrumental do Pensamento Econômico* (1954); *Introdução à Sociologia Especial* (1955), no qual apresenta a Sociologia Econômica como uma Sociologia Especial, subárea da Sociologia; *Contribuição à Crítica da Ciência Econômica nos Países Subdesenvolvidos* (1961).

Barbosa se fundamentou na Sociologia Econômica alemã de Georg Simmel e Max Weber para evidenciar o dinheiro como o meio de cálculo e de racionalização da vida social no regime capitalista. Além disso, salientou que uma das mais relevantes consequências da economia monetária é a ampliação do alcance da estrutura grupal, exatamente pelo caráter abstrato, flexível e impessoal do seu uso (Barbosa, 1952, p. 39).

Barbosa concluiu que o dinheiro predomina de modo avassalador no que designa como categorias da vida social moderna e enfatiza o caráter analítico e compreensivo da *Sociologia do Dinheiro*:

(...) a circulação monetária, do ponto de vista sociológico, acarretou a introdução de uma série típica de categorias da vida social, as quais lograram ser adotadas pelo homem moderno de modo o mais amplo possível. O raciocínio social, os valores, a técnica, a ciência, tudo recebeu do dinheiro a sua contribuição condicionadora. Hoje, cada vez se torna menor a área não invadida pelo impacto monetário (...) Porque o dinheiro é uma avalanche. Sua ideologia é implacável e esmagadora. A sociologia do dinheiro que ousamos propor é o seu estudo e a sua compreensão. Por intermédio dela é que os economistas, os políticos, os moralistas e o próprio homem moderno poderão decidir se o caminho será transacionar com ela, sujeitar-se, dominá-la ou superá-la. Aqui, porém, a sociologia se despede, mas não se desinteressa (Barbosa, 1952, p. 70).

Duas décadas após a sociologia monetária proposta por Barbosa, o jurista, sociólogo e historiador Raymundo Faoro (1925-2003) publicou uma **abordagem sociológica do dinheiro**, em uma junção de Sociologia de matriz weberiana, Economia, História, Política e Literatura. *Os Donos do Poder* (1958, com segunda edição ampliada em 1975) é sua obra mais conhecida. Entretanto, também escreveu o livro **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio** (1974), no qual apresenta vasta e documentada análise socioeconômica e política da onipresença e do poder do dinheiro nas últimas décadas do Império e nas primeiras da República no Brasil, tudo ilustrado pela literatura machadiana. Faoro advertiu:

Ninguém se engane com o painel aparente da **sociedade** na obra de Machado de Assis (...) Nitidamente, há uma **estrutura de classes** – banqueiros, comerciantes e fazendeiros – sobre outra estrutura de titulares, encobrindo-a e esfumando-lhe os contornos. É a camada da penumbra que decide os destinos políticos, designa deputados e distribui empregos públicos. São as “influências”, os homens que mandam, que se entendem com os executores e dirigentes das decisões do Estado. Duas faixas se separam, com clareza, no conteúdo e no conceito, na **ação social**, não raro entrecruzando-se e se confundindo. Para simplificar e com antecipação: **a classe em ascensão** coexiste com o *estamento*; muitas vezes, a classe perde sua autonomia e desvia-se de seu destino para mergulhar no estamento político, que orienta e comanda o Segundo Reinado. Há uma **sociedade de classe em plena expansão**, cifrada, nas expressões mais gloriosas, nos banqueiros, nos prósperos comerciantes, nos capitalistas donos de rendas, nos senhores de terras e nos escravos. **O dinheiro é a chave e o deus desse mundo, dinheiro que mede todas as coisas e avalia todos os homens**. Falcão, personagem de um conto publicado em 1883 (A anedota pecuniária, II, 422), ao relatar o enterro de um amigo, para referir o esplendor do préstimo de 1864, não achou melhor expressão do que dizer: “Pegavam no caixão três mil contos!” (Faoro, 1974, p. 4, grifo nosso).

Também nos anos 1970, a socióloga Maria Isaura Pereira de Queiroz (1918-2018), discípula, tradutora e divulgadora da obra de Roger Bastide, abordou o poder da influência do dinheiro no Brasil desde sua colonização por Portugal. No artigo teórico, “Singularidades Socioculturais do Desenvolvimento Brasileiro” (1975), ela enfatizou o papel predominante do *dinheiro* sobre a *vida econômica* brasileira:

Colônia Portuguesa até 1822, o **desenvolvimento artesanal e industrial do Brasil conheceu grandes obstáculos** colocados pela metrópole. A **sociedade agrária** que se organizou pouco a pouco no País era dominada pela ânsia dos colonizadores de ‘fazer América’, isto é, de enriquecer e de voltar para Portugal, para ali gastar o **dinheiro adquirido**, demonstrando o **poder econômico** recentemente conquistado. (...) Esta demonstração classificava imediatamente o indivíduo nos níveis superiores da sociedade e lhe permitia ingressar numa parentela importante através do casamento. **Desde o início da colonização, a sociedade brasileira foi portanto uma sociedade dominada pelo dinheiro** (Pereira de Queiroz, 1975, p. 69, grifo nosso).

### 3.2 Sociologia da Empresa, empresários e grupos econômicos

A Sociologia da Empresa no Brasil é longeva e diversificada em temáticas, autores e obras. Entre os anos 1950 e 1970, o Brasil passou por um período de profundas transformações: industrialização, urbanização, aumento populacional, burocratização, secularização. As consequências foram o expressivo aumento do número de empresas no país, mudanças nas formas de estratificação social, da estrutura do mercado de trabalho que favorecia uma grande oferta de mão de obra (todavia, sem qualificação e com baixos salários) e novo padrão de relações laborais, de natureza puramente contratual.

Este último aspecto ocorreu especialmente nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo (Costa Pinto e Bazzanella, 1958; Costa Pinto, 1959, 1962, 2018[1958]; Bazzanella, 1963, 1962; Fernandes, 1963; Brandão Lopes, 1964; Blumer, 1960). Esse cenário foi fértil para que emergissem pesquisas para entender o papel da empresa (seus problemas organizacionais, suas relações de trabalho, sua integração ao meio socioeconômico circundante) na sociedade brasileira. Nessa direção, Florestan Fernandes considerou um projeto de pesquisas sociológicas, sob sua coordenação, sobre **empresa industrial** na cidade de São Paulo, como exemplo de **Sociologia Econômica** (Fernandes, 1963, p. 351). Para fins analíticos, esta seção foi dividida em subtemas.

#### 3.2.1 Racionalização, Organização do Trabalho e Burocratização da Empresa

Nos anos 1950, uma preocupação da Sociologia Econômica brasileira é com o “espírito” da **racionalização** da organização do trabalho na empresa e a sua crescente **burocratização**. As obras dos sociólogos Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982) e Mário Wagner Vieira da Cunha (1912-2003) são exemplares desse momento (Guerreiro Ramos, 1951, 2009[1950]; Vieira da Cunha, 1951).

Guerreiro Ramos considerou a empresa como um *sistema social*: “compreende-se que a empresa não existe abstratamente e, sim, em um contexto social” (Guerreiro Ramos, 2009[1950], p. 102). Para o autor, o foco da pesquisa deve ser a inter-relação da indústria e da comunidade; a empresa como sistema social; o ajustamento e o desajustamento do trabalhador no trabalho industrial; as ocupações e suas implicações e características; as relações industriais; a industrialização das áreas subdesenvolvidas (Guerreiro Ramos, 1951, p. 5-6). Assim, a racionalização do trabalho é confrontada com a empresa considerada como integrante do complexo social: “Vieram mostrar os recentes estudos sociológicos que a empresa não é uma entidade cindida do complexo social, ela está permeada, dinamizada por forças sociais provenientes do meio em que se encontra” (Guerreiro Ramos, 2009 [1950], p. 104).



Na década seguinte, Fernando Henrique Cardoso (1964), apoiado em estudos do sociólogo francês Alain Touraine, tratou em artigo dos limites da teorização da Sociologia sobre a questão da empresa e da burocratização. Cardoso considerou que:

Os limites da possibilidade de conceber-se a empresa a partir de modelos tradicionais de burocratização impõem-se à teoria sociológica moderna. Esta, ao mesmo tempo que enriquece o conceito de burocratização através de uma casuística que inclui a noção de «funcionalização», deixa de supor que a burocratização total seja uma característica inerente ao espírito de racionalidade da empresa capitalista moderna (Cardoso, 1964, p. 161)

### 3.2.2. Mobilidade de mão de obra e empresa

No início dos anos 1950, Lucila Herrmann, uma pioneira da *Sociologia Econômica e de base estatística* no Brasil (Candido, 1958), prosseguiu, sozinha ou em colaboração (Herrmann, 1951; 1953; Herrmann e Castro, 1952), com estudos iniciados na década anterior sobre o problema do *turnover*, isto é, a mobilidade de mão de obra em empresas como os casos da companhia de aviação Panair<sup>5</sup> e da indústria têxtil. Herrmann (1951, p. 321) apontou a rotatividade elevada principalmente entre o pessoal das funções de terra do aeroporto, dos quais 70% eram operários não qualificados. A busca pelo prestígio de se trabalhar em companhia de aviação, até mesmo para os trabalhadores sem qualificação para altos cargos, era acompanhada de desilusão pela ocorrência de imprevistos, dificuldade de acessar o aeroporto, condições árduas de trabalho. Acerca da indústria têxtil, Herrmann, em colaboração com Luiz Cunha Castro (1952), elencou as razões que levam ao *turnover* da mão de obra: havia as razões próximas, como a dispensa de um operário por falta de serviço, pedido espontâneo de demissão, dispensa por serviço insatisfatório, e remotas, como ineficiência da administração, dificuldades financeiras da empresa, flutuações cíclicas (Herrmann e Castro, 1952, p. 59).

### 3.2.3. Empresa e mercado como instituições sociais

Em 1952, em Porto Alegre (RS), Laudelino Teixeira de Medeiros (1914-1999), então catedrático das disciplinas de *Sociologia Econômica* e de *Estudo Comparado dos Sistemas Econômicos*, definiu, em breve artigo em revista editada por acadêmicos de graduação em Economia, que uma realidade econômica como formação de preço é também realidade social e que ***empresa e mercado são instituições sociais***:

Nos mesmos acontecimentos em que descobrimos a realidade econômica encontramos também a realidade social: uma fábrica pode ser encarada como um fato econômico de produção e como um fato de organização social; um ato de comércio, que é um fato econômico de produção de serviços, também pode ser encarado como um fato social de solidariedade. E, de fato, é quase impossível examinar a realidade econômica sem que aflore a realidade social, ou vice-versa, pois somos levados a não parar na análise. E esta atinge quase sempre as implicações e as consequências, que são ora sociais, ora econômicas. É, por exemplo, o caso do preço em economia: se examinamos a sua formação, facilmente aparece o “custo de vida” e todas as suas implicações e consequências sociais e morais. Os próprios tratados de economia pura não fogem a uma ou outra referência incidente a este respeito (...) A Eco-

---

5 Ao lado de Fernando de Azevedo (1950), Herrmann é também pioneira em pesquisas sociológicas no país acerca de transportes e aviação comercial.

nomia, ao elaborar a teoria econômica, não pode ignorar a realidade propriamente social, sobre a qual, ou na qual, existem os fatos econômicos. Em primeiro lugar, as instituições econômicas – pontos de partida ou de amarra das relações econômicas – são instituições sociais e muitas organizações societárias: a empresa, o mercado, o costume regulador, a divisão profissional do trabalho, etc. (Medeiros, 1952, p. 700).

### 3.2.4 Racismo, preconceito, barreiras profissionais e empresa em quatro capitais brasileiras

Em 1953, o sociólogo Luiz de Aguiar Costa Pinto (1920-2002), no livro “O Negro no Rio de Janeiro”, demonstrou o racismo e a discriminação no recrutamento para determinados empregos, em *empresas particulares*, com base em anúncios de jornais. Costa Pinto (1953, p. 76) observou a existência de recursos velados como a exigência de “boa aparência” ou, quando a candidatura a emprego era feita por carta, com o pedido antecipado de fotografia anexa de candidato(a) à vaga. Em outros casos, apontou o sociólogo, a exigência discriminatória era explícita, com a ressalva de que candidatas a participar de um espetáculo musical deveriam ser “brancas”.

Em 1955, os sociólogos Roger Bastide e Florestan Fernandes coordenaram livro sobre discriminação e seus impactos sociais, culturais e econômicos na capital paulista: *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo*, tem uma segunda edição, revista e ampliada, em 1959. Na edição de 1955, em estudo intitulado *Manifestações do Preconceito de Cor*, Bastide observou barreiras profissionais para o trabalho de negros em empresas industriais e comerciais em São Paulo. Bastide (1955) evidenciou que a mulher negra ou mestiça sofria ainda mais discriminação por meio do que é denominado *preconceito estético*:

As pessoas de cor são relegadas para longe da vista do público, nas oficinas internas; não são aceitas nos escritórios a que o público tem acesso, como secretárias ou datilógrafas (...) O chefe do pessoal de uma loja, frequentada sobretudo pela classe média, não pôde disfarçar a sua pena: ‘Sinto muito ser obrigado a recusar moças diplomadas e inteligentes’ (Bastide, 1955, p. 145).

Também em 1955, o antropólogo Thales de Azevedo (1904-1995) tratou de preconceito e discriminação racial em capítulo sobre comércio no livro *As Elites de Cor*. Thales de Azevedo (1955, p. 94-95) apresentou diversos casos e situações em que o elemento étnico-cultural foi chave para explicar diferenças e desigualdades de *estratificação social* – classe, profissão, renda e *status* social. Um dos casos apontados pelo autor está na contratação livre, em firmas controladas por europeus em Salvador, de pessoas negras e mestiças, mas com restrição: “Nos escritórios das grandes firmas importadoras e exportadoras, constituídas em parte de europeus como alemães, suíços, ingleses (...) podem alcançar posições de responsabilidade, mas poucas vezes têm acesso ao quadro dos proprietários” (Azevedo, 1955, p. 94).

Em artigo de 1960, Fernando Henrique Cardoso tratou de *profissionalização e ascensão social* de negros em Porto Alegre. Cardoso considerou que, para o negro que ascende socialmente, há, além do preconceito de cor, o *preconceito de classe*. Cardoso observou que não há, naquele momento, barreiras intransponíveis para o negro no processo de ascensão social, mas igualmente aponta que há ao menos um importante setor industrial na capital gaúcha que sequer admite negros como operários. “As entrevistas feitas com chefes de pessoal e gerentes de fábricas e grandes organizações comerciais mostram que as avaliações, contidas na lista de estereótipos desfavoráveis apresentadas pelos alunos de curso médio permanecem válidas na orientação do comportamento dos brancos que detêm posições chave para a obtenção pelos negros de melhores situações

ocupacionais” (Cardoso, 1960, p. 594). Cardoso concluiu que, mesmo quando há ascensão profissional e social, os negros na Porto Alegre de então encontraram dificuldades.

É verdade que podem ascender socialmente. Mas esta ascensão, no mais das vezes, em lugar de significar a integração nas camadas médias da população branca, significa, em Porto Alegre, a par de maior consideração social por parte de todos – brancos ou negros –, seu ingresso no mundo à parte dos negros que, por terem mudado de «status» formalmente sob alguns aspectos, e realmente sob outros, não podem mais participar da vida dos demais negros de condição social semelhante aquela que possuíam no passado, nem conseguem ser aceitos como iguais pelos brancos da sua nova condição social (Cardoso, 1960, p. 596).

### 3.2.5 Empresa como grupo social, Sociologia da empresa capitalista

Em 1955, o sociólogo e jurista Evaristo de Moraes Filho (1914-2016) apresentou uma *sociologia da empresa como grupo social*.

A empresa é um grupo social, é uma instituição social (...) Constitui-se por um *grupo* de pessoas, numeroso quase sempre (capitalistas, sócios, dirigentes, administradores, técnicos, operários, empregados de toda ordem, etc.), que se aproximam para realizar uma certa *ideia*. Toda empresa tem uma finalidade a cumprir, ela é feita para fabricar determinados produtos, pretende lucros, espera progredir (Moraes Filho, 1955, p. 59, grifo nosso).

Assim, após conceituar a empresa como “verdadeira unidade sociológica fechada” (p. 60), Moraes Filho elencou *processos sociais* na empresa: competição, conflito, acomodação, assimilação e cooperação. Em relação à organização, o sociólogo e jurista tratou da estratificação e mobilidade na empresa.

Em 1960, Moraes Filho publicou artigo conceitual sobre os *efeitos sociais do desenvolvimento econômico* e as consequências da *industrialização* sobre a estrutura e a dinâmica da empresa. Ele considerou que a *Sociologia se interessa pelo que representa a empresa de forma social e como se realizam em seu interior os processos sociais* (Moraes Filho, 1960, p. 232).

Com o crescente desenvolvimento econômico à época no Brasil, Moraes Filho enumerou as consequências no meio social e nas *relações entre empregado e empregador* no âmbito da **empresa capitalista**: *divisão do trabalho social*, na forma funcional e na forma técnica, cada vez mais complexa e especializada; produção industrial em grandes estabelecimentos fabris que demanda um permanente exército de reserva de mão de obra; grandes concentrações de *capital* para manutenção do parque industrial; *migração* de regiões mais pobres para mais ricas; aumento de contatos sociais e de *comunicações* em meios urbanos fabris; ampliação do *consumo* e do *mercado*; aumento das distâncias entre patrões e operários; surgimento de instituições para aplicação de legislação social, administrativa, previdenciária, trabalhista e sindical; aumento da complexidade da *organização interna da própria empresa*: diferenciação, hierarquização, *racionalização*.

### 3.2.6 Grupos econômicos e o conjunto de empresas interligadas

O sociólogo, antropólogo e historiador Mauricio Vinhas de Queiroz (1921-1996) estava no centro de uma pesquisa – no início dos anos 1960, no Rio de Janeiro, na então Universidade do Brasil (hoje, UFRJ) – sobre a estrutura e as funções dos *grupos econômicos*, com o estudo sendo realizado

por *sociólogos e economistas*. Tal levantamento deve ser visto ainda hoje como um dos maiores projetos em Sociologia Econômica no país. Vinhas de Queiroz definiu *grupo econômico* como:

**(...) todo conjunto relativamente poderoso de empresas interligadas pelo capital e/ou pelo poder de decisão de dirigentes comuns, sempre que os vínculos existentes entre as mesmas sejam mais fortes do que aqueles porventura mantidos com outros grupos ou empresas isoladas.** Compreende-se que só um conjunto ‘relativamente poderoso’ é que poderia ser considerado grupo econômico; pois, caso contrário, correríamos o risco de colocar ao lado das companhias associadas que constituem o objeto de nosso estudo – e que desempenham função importante e até decisiva na economia e na sociedade – reuniões ocasionais de pequenas firmas como armazéns e padarias, cuja análise fugiria ao nosso escopo (Vinhas de Queiroz, 1962, p. 157-158, grifo do autor).

Outro estudo sobre grupos econômicos na Sociologia Econômica Brasileira se encontra em São Paulo, sobretudo na segunda edição revista, de 1973, do livro do sociólogo José de Souza Martins **Conde Matarazzo – o Empresário e a Empresa: estudo de Sociologia do Desenvolvimento**. Em referência ao trabalho de Vinhas de Queiroz sobre grupos econômicos (1962), Martins assim explicou sua análise:

(...) eu vinha trabalhando com o conceito de “grupo econômico”, entendido como “conjunto estável e relativamente poderoso de firmas interligadas pelo capital e o poder de decisão de dirigentes comuns, devido a que o trabalho situa-se como parte de um projeto maior de investigações sobre os grupos econômicos no Brasil. Por isso, empresa aqui é tomada não como sinônimo de estabelecimento e sim de grupo de estabelecimentos interligados e o empresário como dirigente principal quanto ao poder de decisão. Pelo conceito de grupo alcancei a base real de atuação do empresário e, neste caso, a dimensão social adequada da sua ação. A escolha do grupo Matarazzo para fundamentação empírica principal da monografia impôs-se não só por se tratar de grupo dos mais antigos (surgiu em 1881), mas por se tratar de grupo sobre o qual se abateu a maioria das vicissitudes da industrialização – econômicas, culturais e políticas. É, pois, um grupo altamente significativo para obter-se uma compreensão sociológica do problema aqui tratado (Martins, 1973, p. 7).

#### 4 DESENVOLVIMENTO E A MUDANÇA ESTRUTURAL DA SOCIEDADE E DA ECONOMIA

O tema do desenvolvimento econômico e social é dos mais proeminentes na Sociologia Econômica brasileira entre os anos 1950 e 1970. Para o sociólogo Juarez Rubens Brandão Lopes (1925-2011), “desenvolvimento é entendido como envolvendo, em essência, mudança estrutural da sociedade e da economia” (Brandão Lopes, 1968, Introdução, p. XV). Nessa perspectiva sociológica, o desenvolvimento econômico é o resultado de um *jogo de forças sociais*. Brandão Lopes (2008 [1964]) buscou entender como o Brasil se urbanizou e se industrializou, com a análise dos processos de migrações de população de meio rural/sociedade tradicional (com o exame da *economia tradicional* dessa sociedade fundamentado em Karl Polanyi) para uma sociedade urbano-industrial nas cidades (onde predomina a *economia de mercado*, discutida com base em Max Weber). Brandão Lopes assim definiu o processo do *desenvolvimento* para a Sociologia:

O desenvolvimento decorre do jogo de forças sociais e, ao mesmo tempo, tais forças se forjam no seu curso. De um lado temos o desenvolvimento como resultado do entrecruzamento das ações dos vários grupos e movimentos sociais, numa dada configuração estrutural; do outro,

constituem-se (ou se reconstituem) nesse processo de mudança o modo de ser e de agir daqueles grupos (latifundiários, burguesia mercantil, industriais, camadas médias urbanas e massas populares), assim como se altera a cena de sua ação (Brandão Lopes, 1968, p. 142).

Já as obras de L. A. Costa Pinto, entre as décadas de 1950 e 1970, abordam diversos temas de Sociologia Econômica no Brasil: classes sociais; sociologia das invenções; sociologia das profissões, do comércio e da *empresa varejista* (como o breve estudo teórico-empírico *O Balconista*, de 1954 e reeditado em 1963); sociologia agrária e histórica e lutas de famílias por terras; o trabalho do negro e a discriminação enfrentada por essa população no Rio de Janeiro dos anos 1950. No entanto, é na área de *Sociologia do Desenvolvimento* que Costa Pinto apresenta uma contribuição ainda mais notória: a análise da dicotomia entre tradicional e moderno e entre arcaico e desenvolvido. Para ele, *o desenvolvimento econômico é um problema sociológico no Brasil*:

O estudo sociológico dos problemas de desenvolvimento econômico não teria interesse, nem mesmo, talvez, tivesse objeto, se o que estivesse em desenvolvimento não fosse uma realidade humana, um conjunto de relações sociais cotidianas e concretamente vividas, uma estrutura social e um estilo de vida. É isso o que realmente se transforma e como tudo isso constitui o campo da sociologia, resulta que o desenvolvimento econômico é um problema muito mais sociológico do que estritamente econômico. Entendemos que três ordens de problemas constituem o foco do interesse sociológico na análise do desenvolvimento econômico, na sua técnica e na sua política: a primeira é o estudo das *condições sociais do desenvolvimento*; a segunda, é o estudo das *implicações sociais do desenvolvimento*; a terceira, de natureza mais teórica e abstrata, é o estudo do próprio desenvolvimento *em si*, como processo social e histórico (Costa Pinto, 1962, p. 300, grifo do autor).

De 1956 até o golpe civil-militar em março de 1964, Costa Pinto estruturou um centro de investigações sociológicas/socioeconômicas por meio de Instituto de Ciências Sociais onde hoje é a UFRJ. Ali, sobressaíram publicações acerca de desenvolvimento de Costa Pinto e de seu fiel auxiliar de pesquisas, o sociólogo e economista Waldemiro Bazzanella (1923-2002), ***ENTÃO professor assistente de Sociologia Econômica na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil (atual UFRJ)***.

Recepcionado no Rio de Janeiro por Costa Pinto e por Bazzanella, o sociólogo norte-americano Herbert Blumer (1900-1987), célebre por ter criado a expressão/abordagem conceitual *Interaçionismo Simbólico*, viveu e trabalhou no Brasil durante 14 meses. A experiência brasileira marcou profundamente a produção de Blumer nos anos 1960 sobre as dificuldades dos sociólogos em conceituarem industrialização, urbanização e desenvolvimento (social, humano e econômico), em especial nos países considerados *em desenvolvimento* como o Brasil de então.

Em artigo publicado nos Estados Unidos em 1966 e editado em português, no Brasil, como capítulo de coletânea sobre *Sociologia do Desenvolvimento*, em 1975, Blumer criticou com veemência as limitações ou mesmo ausência de conceituação analítica e de objetivos práticos a respeito da *ideia de desenvolvimento social*. Os temas discutidos por Blumer são ainda mais impactantes ao se lembrar que, à época da publicação, o Brasil era uma ditadura:

(...) não tem sido possível encontrar, nos trabalhos correntes sobre a expansão social, estudos que se dediquem a temas de importância como os de superar a prática generalizada de corrupção governamental, conseguir que os governos adotem políticas de austeridade, arranjar que ricos latifundiários e industriais aceitem uma taxaço razoável de suas rendas, induzir a classe rica a não exportar a sua riqueza e a aplicá-la no desenvolvimento

econômico doméstico, obter mudanças na estrutura da propriedade das terras de forma que estas possam ser usadas com maior produtividade, conseguir que os legisladores destinem somas maiores para educação do que para fins militares (em 1961, o orçamento do Brasil destinava 45 por cento para o Exército contra 2,6 por cento para Educação), livrar as burocracias públicas de um número excessivo e improdutivo de funcionários, romper os sistemas venais de influência familiar, impedir climas sociais que favoreçam a demagogia, controlar a afeição de grupos de interesse poderosos, introduzir um sistema prático de controle de natalidade ou a justiça nas cortes. Estou tentando mostrar que, mesmo em termos práticos, os sociólogos dedicam muito pouco estudo às formas de se conseguir desenvolver valores culturais e formas sociais que eles aceitam como os objetivos do desenvolvimento. Quer em termos práticos, quer em termos analíticos, não há uma preocupação significativa em isolar os mecanismos de expansão social (Blumer, 1975 [1966] p. 49).

Igualmente entre o final dos anos 1950 e o início da década seguinte, em São Paulo, realizaram-se pesquisas sociológicas, de recorte teórico-empírico, sobre *trabalho*, trabalhadores/operários fabris, sindicalismo, *empresa industrial*, empresários e o papel do *Estado* no desenvolvimento econômico. Décadas mais tarde, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, autor do clássico livro socioeconômico *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil* (1964b), recordou tal época:

Passávamos pois da Sociologia para a antropologia e para a economia, tanto que um dos meus primeiros impulsos foi fazer alguma coisa juntando economia com sociologia. Mais tarde organizamos o Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (Cesit) com esta mesma preocupação (Cardoso, 2013, p. 180).

O Cesit, lembrado por Cardoso, foi fundado em 1961 por Florestan Fernandes e Alain Touraine. Outro marco desse período da *Sociologia com ênfase no econômico* em São Paulo foi o projeto *Economia e Sociedade no Brasil*. Florestan Fernandes o detalhou, em longa entrevista, nos anos 1970, e o considerou como exemplo de *Sociologia Econômica*:

Logo no começo da década de 60, graças, principalmente, ao Fernando Henrique, nós obtivemos uma dotação especial da Confederação Nacional da Indústria. Montamos, então, o projeto “Economia e Sociedade no Brasil”. Nesse projeto nós tínhamos quatro investigações: sobre o empresário industrial, do Fernando Henrique; sobre o Estado, do Octavio [Ianni]; um terceiro, sobre o trabalho, da Maria Sylvia e da Marialice; e o quarto, no qual eu entrava, sobre as relações da urbanização com o crescimento econômico (para o qual Paul Singer fez os cinco estudos de caso) (...) Acabamos dando uma contribuição importante a uma área da Sociologia que poderia ser chamada de sociologia econômica: a teoria do desenvolvimento econômico nas nações capitalistas dependentes. Esse acabou sendo o nosso principal foco de trabalho. E essa é por assim dizer, a área em que eu mais trabalhei depois que iniciamos o projeto Economia e Sociedade no Brasil (Fernandes, 1975, p. 16-17).

Além de Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes se referiu à parte do projeto **Economia e Sociedade** relativa ao *Estado*, de autoria de Octavio Ianni (Ianni, 1964; 1965). Quanto ao *desenvolvimento econômico e urbanização* em cinco cidades brasileiras, esse trabalho foi classificado pelo próprio Paul Singer como Sociologia Econômica (Singer, 1977 [1968], p. 17). Em relação à parte sobre trabalho, designada às sociólogas Maria Sylvia de Carvalho Franco e Marialice Foracchi (1929-1972), dois fatores a obstaculizaram: transferência departamental da primeira autora e a morte prematura da segunda. No entanto, em publicação póstuma, Foracchi editou o livro *A participação social dos excluídos*, em que examinou a condição social de desempregados e subempregados. Já Maria Sylvia foi autora de obra clássica em Sociologia Econômica e Histórica: *Homens Livres na Ordem Escravocrata*.

Florestan Fernandes detalhou o embasamento dessa *Sociologia Econômica do (sub)desenvolvimento*, explicitada no projeto Economia e Sociedade, em livro editado em 1963, ***A Sociologia numa Era de Revolução Social***, em que define o que é a ***análise sociológica da economia***:

A análise sociológica tenta compreender e explicar os fatos econômicos como parte da organização da sociedade. As atividades econômicas, como todas as atividades supraindividuais dos homens, são coordenadas e reguladas por mecanismos sociais, o que faz com que a ordem econômica seja uma expressão do padrão de integração social (...). A abordagem sociológica da economia caracteriza-se, assim, pela preocupação básica de assentar a explicação das *regularidades econômicas* na dinâmica das sociedades humanas (...) patenteou-se claramente que a eficácia dos agentes humanos e o ritmo do crescimento econômico não dependem, apenas, das condições e fatores especificamente econômicos – a sociedade enclosura a economia (Fernandes, 1963, p. 307-308, grifo do autor).

É necessário destacar que, entre a segunda metade dos anos 1950 e o final do decênio de 1970, a Sociologia Econômica do Desenvolvimento é especialmente desenvolvida sobre a região *Nordeste* do Brasil. Neste ponto, por razões exclusivamente de espaço, respeitados os limites positivos de um artigo, são indicadas *algumas* obras de especial relevo sobre desenvolvimento em perspectiva sociológica na referida região: os problemas sociais da exploração de petróleo na Bahia (Costa Pinto, 1958; Azevedo, 1959; Machado Neto, 1989 [1971]); os condicionantes sociais e culturais do desenvolvimento e da industrialização no Ceará (Aguiar Walker, 1970); os aspectos sociais, culturais e econômicos de populações no Vale do Rio São Francisco (Pierson, 1972).

Em termos *teóricos* relativos a uma Sociologia Econômica do Desenvolvimento realizada por autores nordestinos, é de se destacar obras do sociólogo, jurista e filósofo baiano A. L. Machado Neto (1961; 1963) e do economista paraibano Celso Furtado (1979). No ensaio *O Desenvolvimento do Ponto de Vista Interdisciplinar*, Furtado evidencia mudanças de enfoque em análises teóricas de problemáticas sociais do desenvolvimento econômico:

O estudo do desenvolvimento ao conduzir a uma progressiva aproximação da teoria da acumulação com a teoria da estratificação social e com a teoria do poder, constituiu-se em ponto privilegiado de convergência das distintas ciências sociais (...) a temática tradicional em torno aos “obstáculos ao desenvolvimento” tendeu a ser substituída por outra que alimenta o debate sobre os “limites ao crescimento”, os “estilos de desenvolvimento”, os “tipos de sociedade”, a “ordem mundial”. O aprofundamento da análise das relações internacionais de dominação-dependência e de sua introjeção nas estruturas sociais, permitiu ver com maior clareza a natureza das forças que respondem pela tendência à permanente concentração da renda em benefício das economias dominantes e pela marginalização de frações crescentes de população dentro dos países de economia dependente. Por outro, a crítica da “lógica dos mercados” levou a uma clara percepção do impacto no ecossistema de um tipo de sociedade que impulsiona à acumulação ao mesmo tempo que reproduz necessariamente as desigualdades (Furtado, 1979, p. 25-26).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo trouxe o resgate de temas desenvolvidos pela Sociologia Econômica no Brasil, entre 1935 e 1979. A própria definição do que é a *Sociologia Econômica*, do que é a *análise sociológica da Economia*, como atividade e como disciplina, já é assunto trabalhado nos anos 1930 e na década seguinte. A partir dos anos 1950, predominaram temáticas socioeconômicas no Brasil como

dinheiro; empresa, empresários e grupos econômicos, e sociologia do (sub)desenvolvimento brasileiro e latino-americano.

Em termos teóricos, temáticos e de autoria, espera-se ter evidenciado a variedade de abordagens socioeconômicas, influências teóricas variadas, teoria e empiria diversificados, autores(as) diversos(as). É possível notar que os três temas citados acima são abrangentes e se justapõem a outros assuntos da Sociologia Econômica. *Dinheiro* se vincula a preço, inflação, valores (moralidade e economia), religião, custo de vida. *Empresa, empresários e grupos econômicos* têm vínculos com burocracia, organização, racionalidade, mercado, Estado, etnia, gênero, família, elites, trabalho. *(Sub)Desenvolvimento* trata inevitavelmente de trabalho, educação, empresa, mercado, planificação, Estado, gênero, classes sociais, renda, desigualdade, pobreza, riqueza, meio ambiente, cidades, campo e vida rural.

Neste artigo, buscou-se indicar aspectos institucionais da Sociologia Econômica no Brasil, com a criação, por exemplo, de centros de pesquisa na área, em São Paulo, nos anos 1940 e 1960. Apesar da curta duração de cada um, foram marcos disciplinares no país, conduzidos, respectivamente, por Roger Bastide e Lucila Herrmann e, mais tarde, o Cesit de Florestan Fernandes e equipe (com a participação fundadora de Alain Touraine). Entre 1945 e 1960, sinalizou-se igualmente a existência da disciplina de Princípios de Sociologia Aplicados à Economia, ou *Sociologia Econômica*.

Ainda em termos institucionais, quatro capitais brasileiras, já nos anos 1950, mantinham cadeiras de ensino/centros de pesquisa em Sociologia Econômica: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre. Na região Nordeste, realizaram-se importantes estudos em áreas como Sociologia da Empresa (Firma) e, notadamente, Sociologia do Desenvolvimento. Nota-se que importantes acadêmicos da disciplina, aqui apontados, são oriundos do Nordeste: Alberto Guerreiro Ramos, L. A. Costa Pinto, Thales de Azevedo e Celso Furtado, bem como houve o caso de estrangeiros que lá pesquisaram: Roger Bastide, Pierre Verger, Donald Pierson e Harry M. Makler. E sobre a *internacionalização* da Sociologia Econômica brasileira, tal dimensão já era evidente ao final dos anos 1970, por meio da presença de pesquisadores(as) nacionais ou com vínculos acadêmicos ao Brasil e presentes na Associação Internacional de Sociologia (ISA).

Esta publicação integra um projeto mais amplo, ambicioso, detalhado e demorado, iniciado em março de 2014 por idealização do autor: o resgate histórico mais completo possível da disciplina de *Sociologia Econômica no Brasil*, desde seus primórdios, nas últimas décadas do século XIX, época de uma *protossociologia*. O levantamento (temático, autoral e institucional) realizado seguiu a abordagem da Sociologia/Sociologia Econômica em cursos de Direito no Brasil afora. Este levantamento abordou as duas primeiras décadas do século XX, e, então, abrangeu a produção acadêmica de Sociologia Econômica no Brasil a partir da *institucionalização* da Sociologia no país, nos anos 1930, até esta terceira década do século XXI<sup>6</sup>.

Considera-se que o resgate do passado de uma disciplina acadêmica no país é um embasamento para *compreender* que correntes, tradições, temas, instituições e autores(as) foram mantidos(as) e esquecidos(as). Tal *compreensão* é um desdobramento possível e viável para futuras pesquisas. Mas, para sustentar tal compreensão, é preciso que se localize e se examine o máximo de materiais disciplinares disponíveis. Com base em dez anos de pesquisas, acredita-se já haver uma vasta

---

6 O autor deste artigo apresentou trabalhos em eventos acadêmicos a respeito de partes de tal projeto, entre 2017 e 2023, em instituições como UFRGS, PUCRS e USP, além de publicar dois estudos sobre autores fundamentais na trajetória da Sociologia Econômica do Brasil: Roger Bastide (Fontella, 2017) e Lucila Herrmann (Fontella, 2022).



fundamentação, mesmo que se reconheça ser algo ainda em aberto. Uma certeza de momento é que *a disciplina acadêmica de Sociologia Econômica se revela longeva, extensa e diversificada no Brasil*. Na busca por superar a *amnésia sociológica* que cerca a sua trajetória no país, apresentou-se aqui este resgate bibliográfico, temático, autoral e institucional de tal disciplina como *a novidade do passado*.

## Referências

- AGUIAR WALKER, Neuma. Condicionamentos Sócio-Culturais do Desenvolvimento Industrial do Ceará. **Revista de Ciências Sociais**, v. I, n. 1, p. 96-109, 1970. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/2962/2294>.
- AZEVEDO, Fernando de. **Um Trem Corre para o Oeste**: estudo sobre a Noroeste e seu papel no sistema de viação nacional. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1950. 442 p.
- AZEVEDO, Thales de. **As Elites de Cor**: um estudo de ascensão social. São Paulo; Companhia Editora Nacional, 1955. 205 p.
- AZEVEDO, Thales de. **Problemas Sociais da Exploração do Petróleo na Bahia**. Salvador: Editora da Imprensa Oficial da Bahia, 1959. 28 p.
- BALDUS, Herbert; WILLEMS, Emilio. **Dicionário de Etnologia e Sociologia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. 245 p.
- BARBOSA, Julio. **Elementos para uma Sociologia do Dinheiro**. Belo Horizonte: UMG, 1952. 70 p.
- BASTIDE, Roger. Introdução a um Curso de Sociologia Econômica. **Sociologia**, São Paulo, n. 4, v. 4, p. 359-367, 1942.
- BASTIDE, Roger; VERGER, Pierre. Contribuição ao Estudo Sociológico dos Mercados Nágôs do Baixo Daomé. In: LÜHNING, Ângela (Org.). **Verger-Bastide**: dimensões de uma amizade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002 [1959], p. 161-191.
- BAZZANELLA, Waldemiro. Campos Prioritarios de la Investigación Social en América Latina. In: DE VRIES, Egbert; MEDINA ECHAVARRÍA, José (Eds.). **Aspectos sociales del desarrollo económico en América Latina**. Paris: Unesco, 1962, p. 398-420.
- BAZZANELLA, Waldemiro. Industrialização e Urbanização no Brasil. **América Latina**, a. 6, n.1, p. 3-27, jan-mar 1963.
- BLUMER, Herbert. Early Industrialization and the Laboring Class. **Sociological Quarterly**, v. 1, n. 1, p. 5-14, 1960.
- BLUMER, Herbert. A Ideia de Desenvolvimento Social. In: DURAND, José Carlos Garcia; MACHADO, Lia Pinheiro (Orgs.). **Sociologia do Desenvolvimento II**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975 [1966], p. 35-53.
- BRANDÃO LOPES, Juarez Rubens. **Desenvolvimento e Mudança Social**: formação da sociedade urbano-industrial no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional. Editora da USP, 1968.
- BRANDÃO LOPES, Juarez Rubens. **Sociedade industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008 [1964].
- CANDIDO, Antonio. Informação sobre a Sociologia em São Paulo. In: **Ensaio Paulistas**. São Paulo: Anhambí, p. 510-521, 1958.
- CANDIDO, Antonio. A Sociologia no Brasil. **Tempo Social**, v. 18, n.1, p. 271-301, 2006 (1959).
- CARDOSO, Fernando Henrique. Os brancos e a ascensão social dos negros em Porto Alegre. **Anhambí**, a. X, v. XXXIX, n. 117, p. 583-596, 1960.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Condições e fatores sociais da industrialização de São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, v. 11, p. 148-163, 1961.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Industrialização e sociedades de massa. **Sociologia**, n. 26, v. 2, p. 159-169, 1964.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil**. São Paulo: Difel, 1964b. 238 p.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Pensadores que inventaram o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. 334 p.

- CARVALHO, Carlos Miguel Delgado de. **Sociologia Aplicada**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.
- CARVALHO, Carlos Miguel Delgado de. **Práticas de Sociologia**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1939.
- COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. **O Negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953.
- COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. **Recôncavo: laboratório de uma experiência humana**. Rio de Janeiro: Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, 1958.
- COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. Economic Development in Brazil: its sociological implications. **International Social Science Journal**, v. XI, n. 4, p. 589-597, 1959.
- COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. O Desenvolvimento: seus processos e seus obstáculos. **Journal of Inter-American Studies**, v. 4, n. 3, p. 297-312, 1962.
- COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. El Recôncavo como estructura social en transformación. In: BRINGEL, Breno; BRASIL JÚNIOR, Antonio (Coord.). **Antología del pensamiento crítico brasileño contemporáneo**. Buenos Aires: CLACSO, p.191-213, 2018 [1958].
- COSTA PINTO, Luiz de Aguiar; BAZZANELLA, Waldemiro. Economic Development, Social Change and Population Problems in Brazil. **Annals of the American Academy of Political and Social Sciences**, v. 316, n. 1, p. 121-126, 1958.
- FERNANDES, Florestan. A Economia Tupinambá: ensaio de interpretação sociológica do sistema econômico de uma sociedade tribal. **Revista do Arquivo Municipal**, a. XV, v. CXXII, p. 7-77, 1949.
- FERNANDES, Florestan. **A Sociologia numa Era de Revolução Social**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963. 380 p.
- FERNANDES, Florestan. Sobre o Trabalho Teórico. Entrevistas. **Trans/Form/Ação**, v. 2, p. 5-86, 1975.
- FAORO, Raymundo. **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974. 518 p.
- FONTELLA, Odil Matheus. Roger Bastide e a *Ciência Nova* da Sociologia Econômica no Brasil: uma obra a ser (re)descoberta. In: FONTELLA, Odil Matheus. **Ensaio de Sociologia Econômica: 22 estudos**. Curitiba: Prismas, p. 345-366, 2017.
- FONTELLA, Odil Matheus. Lucila Herrmann. In: LIMA, Jacob Carlos; BOMENY, Helena (Orgs.). **SBS Memória Retratos: sociólogos e sociólogas brasileiras**. Florianópolis, Tribo da Ilha, v. 2, p. 53-56, 2022.
- FURTADO, Celso. O Desenvolvimento do Ponto de Vista Interdisciplinar. **Ensaio de Opinião**, v. 10, p. 13-26, 1979.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. A Sociologia Industrial. **Estudos Econômicos**, a. II, n. 7 e 8, p. 5-166, 1951.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. **Uma Introdução ao Histórico da Organização Racional do Trabalho**. Brasília, DF: Conselho Federal de Administração (CFA), 2009[1950].
- HERRMANN, Lucila; MUSSOLINI, Gioconda; ORTIZ, Nair; PAIVA, Cecília Castro; FREITAS, Rita de. Alterações da Estrutura Demográfico-Profissional de São Paulo – da Capital e do Interior – Num Período de Catorze Anos – 1920-1934. **Revista do Arquivo Municipal**, 89, p. 7-104, 1943.
- HERRMANN, Lucila. O “turnover” nos serviços de navegação aérea. **Revista de Administração**, a. V, n. 17-18-19-20, p. 321-323, jan-dez 1951.
- HERRMANN, Lucila; CASTRO, Luiz Cunha. Alguns Aspectos da Composição do Parque Industrial Têxtil de São Paulo (Capital) de 1944-45 a 1949. **Revista de Administração**, a. VI, n. 21-22-23-24, p. 59-82, jan-dez 1952.
- HERRMANN, Lucila. Alguns Aspectos do Problema “Turnover”; Estabilidade da Organização. **Revista de Administração**, a. VII, n. 25-26-27-28, p. 3-22, jan-dez 1953.
- IANNI, Octavio. O Estado e o Desenvolvimento Econômico do Brasil. **América Latina**, a. 7, n. 1, p. 39-56, jan-mar 1964.
- IANNI, Octavio. **Estado e Capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil**. RJ: Civilização Brasileira, 1965. 272 p.
- INTERNATIONAL SOCIOLOGICAL ASSOCIATION BULLETIN, 33. **RC 02 Economy and Society**. Amsterdam, Autumn 1983, p. 8-9.
- LAW, Alex; LYBECK, Eric Royal. Sociological Amnesia: An Introduction. In: LAW, Alex; LYBECK, Eric Royal (Eds). **Sociological Amnesia: cross-currents in disciplinary history**. Ashgate, p. 1-15, 2015.
- MACHADO NETO, Antonio Luiz. O Desenvolvimento como Tema Sociológico. **Sociologia**, v. 23, n. 3, p. 271-279, 1961.

- MACHADO NETO, Antonio Luiz. **Sociologia do Desenvolvimento**: ensaios. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1963. 121 p.
- MACHADO NETO, Zahidé. **Quadro Sociológico da “Civilização” do Recôncavo**. Salvador: Centro de Estudos Baianos da UFBA, 1989 [1971], p. 3-16.
- MARCHETTI, Valmor. Evolução do Currículo de Ciências Econômicas. In: CORAZZA, Gentil (Org). **História Centenária da Faculdade de Ciências Econômicas: 1909-2009**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 51-61.
- MARTINS, José de Souza. **Conde Matarazzo, o empresário e a empresa**: estudo de sociologia do desenvolvimento. São Paulo: Hucitec, 1973. 121 p.
- MEDEIROS, Laudelino Teixeira de. A Sociologia Econômica e a Formação dos Economistas. **CEUCE**, a. V, n. 5, p. 700-701 e p. 705, 1952.
- MEUCCI, Simone. Os primeiros manuais didáticos de Sociologia no Brasil. **Estudos de Sociologia**, v. 6, n. 10, p. 121-158, 2001.
- MORAES FILHO, Evaristo de. **Relações Humanas na Indústria**: lições de sociologia industrial. Rio de Janeiro: DASP, 1955.
- MORAES FILHO, Evaristo de. Efeitos sociais do desenvolvimento econômico: consequências da industrialização sobre a estrutura e dinâmica da empresa. **Sociologia**, v. 22, n. 3, p. 231-240, 1960.
- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. Singularidades Sócio-Culturais do Desenvolvimento Brasileiro. **Revista IEB**, n. 16, p. 63-81, 1975. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rieb/article/view/69878/72536>.
- PIERSON, Donald. **O Homem no Vale do São Francisco**. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco, 3v, 1972.
- PINHEIRO FILHO, Fernando Antonio; MICELI, Sergio. Entrevista com Mário Wagner Vieira da Cunha. **Tempo Social**, v. 20, n. 2, p. 259-301, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12588/14365>.
- QUEIROZ, Mauricio Vinhas de. Os “Grupos Econômicos” no Brasil. **Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil**, v. 1, n. 6, p. 157-168, jul-dez 1962.
- SINGER, Paul. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana**: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977 [1968]. 377 p.
- STEINER, Philippe. **Durkheim and the Birth of Economic Sociology**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2011. 264 p.
- SWEDBERG, Richard. The International Dimension. **Current Sociology**, v. 35, n. 1, p. 91-104, 1987.
- VIEIRA DA CUNHA, Mario Wagner. **A Burocratização das empresas industriais**: estudo monográfico. São Paulo: Faculdade de Ciências Econômicas, 1951.
- WILLEMS, Emilio. **Assimilação e Populações Marginais no Brasil**: estudo sociológico dos imigrantes germânicos e seus descendentes. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. 357 p.
- WILLEMS, Emilio. **Dicionário de Sociologia**. Porto Alegre: Editora Globo, 1950. 156 p.

## The Novelty of the Past: Economic Sociology in Brazil (1935–1979)

### Abstract

Based on a bibliographical, thematic, and institutional review carried out over the last ten years, this article highlights the development of the discipline of Economic Sociology in Brazil between 1935 and 1979. Regarding the method, we applied the historical retrieval of articles, chapters, conferences, communications, research reports, books, and any critical fortune, either in printed or digital format. For the qualitative data analysis, we performed textual analysis, followed by thematic and interpretative analysis. The textual search focused on the terms: “Economic Sociology”, “Sociology of Economics”, “Sociology of Economic Life”, “Social Studies of Economics”, “Socioeconomics”, “Sociological Analysis of Economics”, “Socioeconomic Aspects”. During the five decades analyzed, sociological/socioeconomic approaches to diverse topics such as economics (activity/discipline), market, competition, firm, economic groups, money, (under)development, the State, capitalism, social stratification (social classes, income), entrepreneurship, have become apparent in the country. The academic assignment Economic Sociology is long-standing, extensive, and diverse in Brazil. Attempting to overcome the *sociological amnesia* that surrounds its trajectory in the country, we present this bibliographical, thematic, authorial, and institutional recovery of this discipline as *a novelty from the past*.

**Keywords:** Economic Sociology; Market; Money; Firm; Development.

## Lo nuevo del pasado: la sociología económica en Brasil (1935-1979)

### Resumen

A partir de una revisión bibliográfica, temática e institucional realizada en los últimos diez años, este artículo destaca el desarrollo de la disciplina de Sociología Económica en Brasil entre 1935 y 1979. El método aplicado fue la recuperación histórica de artículos, capítulos, conferencias, comunicaciones, informes de investigación y libros, así como cualquier fortuna crítica, ya sea en material impreso o en formato digital. Para el análisis cualitativo de los datos, se realizó un análisis textual, seguido de análisis temáticos e interpretativos. Las búsquedas textuales se concentraron alrededor de los siguientes términos: “Sociología Económica”, “Sociología de la Economía”, “Sociología de la Vida Económica”, “Estudios Sociales de la Economía”, “Socioeconomía”, “Análisis Sociológico de la Economía”, “Aspectos Socioeconómicos”. Durante las cinco décadas analizadas, se han hecho patentes en el país los enfoques sociológicos/socioeconómicos de temas diversos como economía (actividad/disciplina), mercado, competencia, empresa, grupos económicos, dinero, (sub)desarrollo, Estado, capitalismo, estratificación social (clases sociales, renta) y emprendimiento. La disciplina académica de la Sociología Económica es antigua, extensa y diversa en Brasil. En un intento por superar la *amnesia sociológica* que rodea su trayectoria en el país, esta recuperación bibliográfica, temática, autorial e institucional de esta disciplina se presenta como *la novedad del pasado*.

**Palabras Clave:** Sociología Económica, Mercado, Dinero, Empresa, Desarrollo.

---

### Histórico

- ✓ Recebido: Agosto/24
- ✓ Parecer: Outubro/24
- ✓ Parecer: Outubro/24
- ✓ Aceito: Outubro/24
- ✓ Revisado Autor: Novembro/24
- ✓ Revisão Gramatical/Ortográfica e ABNT: Novembro/24
- ✓ Revisado Autor: Dezembro/24
- ✓ Publicado: Dezembro/24

### Equipe Editorial Revista TOMO envolvida no processo editorial deste artigo

- ✓ Marina de Souza Sartore (Editora-Chefe)
- ✓ Marco Aurélio Dias de Souza (Editor Assistente)
- ✓ Vilma Soares de Lima Barbosa (Editora Assistente)